



## SISTEMA POLÍTICO NA DITADURA (1964-1985): AS ALTERAÇÕES E INFLUÊNCIAS NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

Pablo Henrique Rios Nascimento<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir o sistema político brasileiro no período da ditadura civil militar (1964-1985), analisando as alterações pelas quais passou. A metodologia utilizada foi a da revisão bibliográfica. Os resultados apresentados indicam: primeiro, que as alterações no sistema político durante a ditadura foram realizadas para que os militares se mantivessem no poder; e segundo, essas alterações influenciaram na transição para democracia. Entendendo que o foco do presente artigo é analisar o sistema eleitoral e partidário na época da ditadura, procuramos, antes de entrar no assunto em si, trazer mais informações sobre a relação entre os militares e a democracia.

**Palavras-chave:** sistema político; ditadura civil militar; redemocratização; Brasil.

### INTRODUÇÃO

Foi longo o período da ditadura civil militar (1964-1985) no Brasil. Igualmente longo foi o tempo de transição para a democracia, que teve como marco inicial as eleições legislativas de 1974. A pesquisadora Kinzo (2001, p.3) afirma que “*Não foi apenas o regime militar que, no Brasil, teve traços peculiares. Também singular foi seu processo de democratização. Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular.*” Desta forma, o objetivo do presente artigo é discutir as alterações no sistema político durante a ditadura civil militar e de como essas alterações influenciaram na abertura democrática.

O fato de buscar na redemocratização um melhor caminho para entender o sistema político (uma vez que os problemas pelos quais passa o Brasil podem ser analisados como

---

<sup>1</sup>Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Contato: [pablohcrios@hotmail.com](mailto:pablohcrios@hotmail.com)

decorrentes das distorções no referido sistema) tem o intuito de explicitar como foi feito o processo de liberalização política, tendo como pensamento norteador o da pesquisadora Kinzo (2001). Portanto, necessita-se, para os fins referidos deste artigo, o entendimento sobre qual a dinâmica do sistema político durante a ditadura civil-militar (1964-1985), assim como as transformações ocorridas durante o processo de abertura democrática. Para tanto, busca-se voltar o olhar para o sistema eleitoral e partidário.

Para cumprir com o objetivo proposto, o trabalho apresenta a seguinte sequência: em um primeiro momento, busca-se argumentar a necessidade da discussão apresentada, para, posteriormente, trazer, em um resgate histórico, qual a relação entre os militares e a democracia no Brasil, partindo da Proclamação da República; uma vez que sem esse resgate histórico, chega-se ao período de análise proposto sem elementos que nos ajudem a compreendê-lo.

Depois do resgate sobre a relação entre os militares e o poder, o artigo entra no período da ditadura civil militar em si, analisando as alterações no sistema político – como, por exemplo, no sistema partidário, com a inserção em 1965 do bipartidarismo e depois a posterior revogação do mesmo com a Reforma Partidária de 1979 - associando-as às necessidades de manutenção do regime militar, e também de como essas alterações foram colocadas em curso no processo de liberalização democrática.

Finalmente, constata-se que a transição democrática negociada foi mais uma vez uma manobra do regime autoritário, visando simultaneamente manter a ordem e anular possibilidades de uma ruptura, em um sentido mais radical, proposta por alguns setores da oposição.

## **UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA**

Neste momento (2016), o Brasil passa pelo seu mais duradouro período de estabilidade democrática desde a Proclamação da República. Contudo, desde o processo de redemocratização iniciado em 1985, que pôs fim em uma ditadura que se prolongava proveniente de 1964, a democracia brasileira tem enfrentado vários desafios, não só de ordem política como também econômica e social. Desta forma, analisar as alterações no sistema político nos ajuda a compreender esses desafios.

Na economia, a inflação atingiu patamares demasiadamente elevados e foi combatida através de planos criados pelos governos Sarney e Collor; na década de 90 a moeda se estabilizou através do Plano Real, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso enquanto

Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco e depois aprofundado quando Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República; na mesma década foram feitas as privatizações, caracterizadas segundo Giambiagi (2005, p.186) “*pela venda de empresas prestadoras de serviços públicos, com ênfase nas áreas de telecomunicações e energia*”; e na década de 2000, um partido de esquerda migrou para o centro, rumando para posições que historicamente havia combatido, movimento este, caracterizado pelo prosseguimento da política econômica baseada no tripé flutuação cambial/metras de inflação/ austeridade fiscal (GIAMBIAGI, 2005, p.216); agora, em meados de 2016, sente-se no Brasil os efeitos da crise mundial iniciada na Europa e na América do Norte em 2008, ameaçando o crescimento econômico do país.

No plano social, a Constituição de 1988 aponta para avanços nas áreas dos direitos sociais, mas a efetivação dos mesmos ainda está comprometida. Ainda que a realidade social do país tenha mudado dos últimos 13 anos para cá – com o aumento real do salário mínimo, inclusão de uma parcela grande da população no consumo através de programas de redistribuição de renda como o Programa Bolsa Família, entre outras medidas – o Brasil passa por alguns problemas que são candentes no quadro social de um país em desenvolvimento. A negação do direito à cidade e a violência urbana que segundo o Mapa da Violência de 2014<sup>2</sup>, causa mais de 50 mil homicídios por ano, além de outras mazelas, nos mostram que o grau de insegurança pelo qual a população é submetida deve ser estudado em uma perspectiva que leve em consideração a democracia e sua verdadeira efetivação.

Além das dificuldades econômicas e sociais, há mais um elemento: os problemas políticos. Na maioria das pesquisas realizadas com esse caráter, os escândalos de corrupção na política são os que figuram no topo da lista de descontentamentos da população. Por seu turno, a mídia cumpre um papel que por vezes leva a uma deterioração da atividade política. Como afirma Singer (2001, p.66) “*Em seu papel policiador, a mídia tem desenvolvido uma ‘oposição crítica parcial’ com relação às instituições políticas. Esta postura pode ter contribuído na progressiva desmoralização das instituições representativas*”. Não se objetiva no presente artigo essa análise, mas o desgaste da política pela ação midiática deve necessariamente ser analisado, em outros espaços, de um ângulo que abarque a relação mídia/democracia.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf). Acesso em 09/07/2015.

Afora a problemática decorrente de atos ilegais com a máquina pública, é preciso que apontemos as dificuldades de funcionamento do sistema político no que toca a governabilidade. Este é um debate que ainda está muito em voga no âmbito das ciências sociais, dividindo pesquisadores em três perspectivas críticas acerca das engrenagens que permitem ou não a efetividade do sistema político. Seguindo a argumentação de Rennó (2006, p.260) a primeira delas afirma que o sistema não permite a governabilidade, uma vez que os incentivos institucionais podem levar em dois caminhos, sendo um deles a paralisia decisória e o outro, o alto custo de negociação entre Executivo e Legislativo. A segunda perspectiva ainda que não negue que o sistema funcione com base na troca de recursos, vai além e aponta que esta troca é intermediada por lideranças partidárias. A terceira perspectiva crítica enfoca a discussão sobre qual é a natureza da relação entre Executivo e Legislativo, no sentido de haver delegação (de um para outro) ou ação unilateral, e também qual foi a variação desta natureza no correr do tempo. Se a governabilidade é percebida como fator que coloca barreiras no desenvolvimento – social, político e econômico – o debate acerca dos mecanismos que a possibilitam tem importância vital na discussão do funcionamento do sistema político.

Os males apontados devem ser considerados mais como desafios do que como obstáculos impossíveis de serem superados. É importante ressaltar que algumas situações são fortemente influenciadas por fatores de ordem internacional como referido em relação à crise econômica; enquanto que outras são também provenientes de um histórico de desigualdades sociais e concentração de renda; fatores que, combinados com momentos desfavoráveis na conjuntura internacional, impedem o aprimoramento das instituições democráticas.

Visando o avanço de um país em desenvolvimento que ocupa um importantíssimo espaço na geopolítica mundial, o aprimoramento da democracia é passo fundamental. Em meio a uma onda de descrédito, as instituições representativas passam por um desgaste bastante apontado tanto nas ruas – principalmente no pós Junho de 2013 – quanto nas redes sociais, sobretudo no que concerne ao Poder Legislativo e partidos políticos.

As denúncias sobre a relação entre o poder público e empresas privadas aparecem com frequência e intensidade, ao ponto de se debater isso nas diferentes propostas de Reforma Política. Em meados do ano de 2015, os representantes do povo brasileiro debateram sobre as regras para o financiamento das campanhas: com dinheiro público; com dinheiro de empresas; financiamento misto; privado desde que proveniente de pessoa física e não pessoa jurídica, etc. Esta discussão tem o poder de demonstrar qual será o futuro das instituições políticas e

consequentemente seus desdobramentos vão ter forte influência nos rumos que o Brasil pode tomar.

Para melhor elucidação do tema proposto por esse artigo – um debate acerca do funcionamento do sistema político na época da ditadura – é preciso debruçar sobre o histórico do sistema partidário e eleitoral. Desde que já demonstrado que após a redemocratização o país ainda passa por problemas que devem ser analisados de forma concreta, caso contrário, corre-se o risco de não perceber a dinâmica política em seu todo, voltar o olhar sobre esta temática pode, ainda que nos limites de quem aqui escreve, contribuir acerca dos movimentos que devem ser feitos para se aperfeiçoar a democracia, no sentido do alargamento da mesma, ou seja, não somente seu entendimento e efetivação dos mecanismos de escolha dos representantes da população, participando de forma indireta da democracia, como também de uma participação mais direta e eficaz.

No entanto, para efetuar o exercício proposto, faz-se necessário um rápido resgate da relação entre os militares e a política, mesmo que de uma forma mais geral. Esse movimento permite o entendimento dos interesses que estiveram por trás das ocasiões que levaram à formação de um governo militar, como em 1964, ou mesmo de um Golpe de Estado, como ocorrido em 1930, capitaneado por Getúlio Vargas apoiado por outros setores societários, figurando, entre eles, os militares.

## **RELAÇÃO PERIGOSA: MILITARES E A DEMOCRACIA**

Para qualificar a discussão sobre sistema político no período da ditadura, é preciso que, anteriormente, se visualize a relação dos militares com as instituições de poder no decorrer da história do Brasil em um resgate histórico breve.

A Proclamação da República (1889) teve forte influência e participação dos militares. Ainda que a cota de participação dos militares não se tenha dado em todas as esferas dos poderes das Forças Armadas – Exército e Marinha, eles estiveram diretamente ligados nos acontecimentos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889.

O golpe de 1889 foi um momento chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então ‘proclamada’ sempre esteve, em alguma medida, marcada por esse sinal de nascença (ou, para muitos, pecado original). Havia muitos republicanos civis no final do Império, mas eles estiveram praticamente ausentes da conspiração. O golpe republicano, foi sem

dúvida militar, em sua organização e execução. No entanto, ele foi fruto da ação de apenas alguns militares.<sup>3</sup>

No entanto, a participação da Marinha, como também de indivíduos situados na base da hierarquia militar, foi considerada fraca. Ainda assim, não se pode afirmar que o movimento tenha sido produzido por oficiais de alta patente. Deodoro da Fonseca, dos generais, foi o único que esteve presente.

Esse movimento deu início ao período que ficou conhecido como República da Espada, apelidada desta forma visto a forte participação dos militares no poder. Porém, as oligarquias rurais conseguiram alijá-los do exercício do poder, afastando-os com práticas coronelistas.

Esse descontentamento nos setores militares fez com que os homens da caserna se aproximassem das movimentações de insatisfação junto com outros setores da sociedade. Evidentemente, outros fatores devem ser elencados para entender a dinâmica do Golpe de 1930 e a respectiva participação dos militares: existência ou inexistência de contradições entre as classes dominantes, tanto no nível da produção, quanto no da participação política; a influência da crise de superprodução em 1929, segundo afirma Martins (1982) as movimentações econômicas geradas pela crise de 1929 surtiram efeitos sobre os processos da industrialização nos países de capitalismo tardio e dependente, colocando ao mesmo tempo as elites destes países frente aos problemas da crise; necessidade de incorporação de novos setores societários na política: “*a inclusão de novos grupos na vida política, novos autores na busca ou mesmo no exercício do poder pode ser visto sobre o lado da convergência básica de interesses entre grupos dominantes*” (MARTINS, 1982, p.681).

Embora isso tudo apontado “*em 1930 eles voltaram com força trazendo propostas de centralização política, industrialização, nacionalismo. Vargas conseguiu usá-los e contê-los*”. (CARVALHO, 2003, p.159). Essa manobra de Vargas fortaleceu sua relação com os militares, possibilitando o surgimento, em 1937, do Estado Novo, que durou até 1945.

O término do período ditatorial conhecido como Estado Novo (1937-1945), fez com que surgisse uma divisão entre as Forças Armadas: de um lado havia os nacionalistas e populistas; e de outro lado, havia os liberais conservadores. Essa divisão pôde ser percebida também no âmbito da sociedade civil, mas no Exército ela teve mais intensidade atingindo o corpo de oficiais, também setores de menor colocação na hierarquia militar, como os sargentos e os “praças”. Essa divisão ideológica é um dos fatores que para uma parte das

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica>. Acesso em 30/06/15

Forças Armadas significava uma ameaça para a sobrevivência da organização militar. Segundo Carvalho (2003, p.159) “*os antivarguistas tinham-se preparado para o governo dentro da Escola Superior de Guerra, Lá elaboraram uma doutrina de segurança nacional e produziram, junto com técnicos civis, estudos sobre os principais problemas nacionais*”.

A partir deste momento, os militares estiveram em sua aproximação mais ferrenha ao poder: o Golpe de Estado de 1964, dando início a uma ditadura que durou 21 anos. Eles lograram conciliar em alguns momentos, instituições democráticas, como o Congresso e o Judiciário (mesmo que muitos de seus membros fossem perseguidos e afastados de sua função) com perversos mecanismos de repressão e censura, restringindo, por exemplo, a produção cultural. Este arranjo combinava, assim, características de um regime militar autoritário com outras de um regime democrático.

Durante os anos em que o Brasil viveu sobre o regime ditatorial o funcionamento do sistema político – dividindo-o entre o sistema eleitoral e partidário – sofreu algumas alterações. É nelas, que pretendemos nos ater durante esse período.

## **SISTEMA PARTIDÁRIO/ELEITORAL: SUPRESSÃO E ALTERAÇÕES DURANTE A DITADURA**

Autores como Abranches (1988) e Santos (1986)<sup>4</sup> afirmam que o fenômeno conceituado como paralisia decisória foi um dos fatores que condicionaram a tomada do poder das mãos de João Goulart em 1964. Na relação entre Executivo e Legislativo, este último, no período que precedeu o Golpe, estava com seu poder fragmentado no Congresso, levando a impasses que impossibilitaram decisões sobre políticas necessárias. Assim, durante o regime militar houve uma forte centralização política nas mãos do Executivo; movimento este que enfraqueceu o Legislativo em suas funções.

Este poder concentrado nas mãos dos militares possibilitou que eles alterassem, praticamente quando bem entendessem a legislação partidária e eleitoral, sobretudo no período que Kinzo (2001) nomeia de a longa transição para a democracia, ocorrida de 1974 a 1988.

O que marcou o ano de 1974 foram as eleições legislativas, um dos primeiros sinais, visto que várias movimentações já eram travadas nos bastidores, de uma pretendida

---

<sup>4</sup>Citado por RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos?. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 259-271.

liberalização política. Algo que muitos presidentes antes de Geisel tinham prometido e descumprido a promessa. Durante o período em que estiveram à frente do país, os militares realizaram ações para amenizar a realidade de seu governo, principalmente para justificar repressão e censura. No entanto, no momento de eleições em condições mais livres, a oposição conseguiu um resultado satisfatório, ganhando várias cadeiras no Congresso e desta forma, com condições melhores na disputa de poder conseguiu se efetivar como polo aglutinador da oposição existente.

O sistema partidário de então era o bipartidarismo. Isso deu melhores condições para que mesmo dentro de um regime autoritário, um partido como o Movimento Democrático Brasileiro - MDB lograsse o feito de se lançar como uma oposição unificada<sup>5</sup>. Era evidente, porém, que o MDB criado para o bipartidarismo de fachada que foi instituído pelo regime, havia se tornado instrumento de oposição democrática, contribuindo não somente na questão eleitoral, como em um processo amplo de liberalização política efetuada sem o controle total dos militares.

O funcionamento do sistema eleitoral nas eleições legislativas de 1974 foi o sistema proporcional. Uma vez que ainda não havia condições de votar diretamente para chefes dos Executivos, o sistema majoritário não era utilizado. Para Jairo Nicolau (2007, p. 293)

O sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como, em uma determinada eleição, os eleitores podem fazer as suas escolhas e como os votos são somados para serem transformados em mandatos (cadeiras no Legislativo ou chefia do Executivo). Os governantes brasileiros são eleitos pelo sistema proporcional e por variantes da representação majoritária.

A Câmara de Deputados do Brasil recebe representantes dos cidadãos desde o ano de 1824, sendo que dessa data até a terceira década do século XX, nenhum movimento político ou partido reivindicou votações proporcionais. O caminho para se chegar as mudanças ocorridas em 1930 foi marcado por um sistema eleitoral majoritário que contribuiu para a segregação da maioria da população da participação política.

Mudanças mais profundas aconteceram nos idos de 1932 com o Código Eleitoral que instituiu um sistema misto, onde parte dos representantes era escolhida de maneira majoritária e outra de maneira proporcional. *“Tal sistema foi usado em apenas duas eleições (1933-1934), pois o Golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas em 1937, suspendeu as*

---

<sup>5</sup>Vale ressaltar que havia também uma oposição armada ao regime ditatorial. Várias organizações foram criadas como meios de resistência à repressão desencadeada com o Golpe de 1964. Sem levar em conta essas organizações, caímos no erro de não analisar de forma completa as diferentes manifestações da oposição no referido período da história da Brasil.



*eleições, fechou os partidos e o Congresso”* (NICOLAU, 2007, p.293). Instaurou-se o Estado Novo que durou até 1945.

Nesta primeira experiência de redemocratização (1945) as eleições retornaram. Desta vez o sistema proporcional foi integralmente adotado no processo de escolha para os ocupantes das cadeiras da Câmara dos Deputados. A partir desse período, poucas mudanças foram efetuadas na forma como os parlamentares foram eleitos. Até mesmo no período da ditadura quando as eleições legislativas - quando foi permitida sua realização - também se utilizaram do sistema proporcional na escolha dos representantes. Mas, independente do sistema utilizado, naquelas eleições o regime militar teve seu prestígio testado frente aos cidadãos do Brasil; e não se saiu muito bem.

Até 1978 reformas políticas de cunho liberalizante foram implementadas de acordo com o caráter gradual e seguro da política de distensão. Essas reformas adotadas pelo regime militar aparentemente representavam um recuo, mas na verdade demonstravam que o governo não tinha perdido a iniciativa de luta visando adiar ao máximo a entrega do poder. Para tentar enfraquecer a oposição, o sistema partidário brasileiro sofreu modificações com uma reforma partidária que extinguiu de uma vez o bipartidarismo. A real intenção era dividir a oposição que antes se encontrava aglutinada em volta da sigla do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, explorando desta forma as divisões internas da sigla, como também visavam diminuir a tensão política com uma concessão de natureza democrática. Desta maneira, o regime militar conseguia mais fôlego para se manter no poder, além de aliviar as pressões sobre o Estado militar. “*Assim, em 1980 começou a ser criado um novo sistema partidário, que lançou as bases do quadro atualmente em vigor. Cinco novos partidos vieram substituir o arranjo bipartidário em vigor desde 1965, Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT)*” (MOTTA, 2008, p.105).

Essa reforma partidária além de trazer novos partidos em seu bojo criou regras que facilitaram a formação de novos partidos políticos. De um jeito ou de outro a oposição se viu dividida: de um lado havia aqueles grupos que enxergavam na criação de novos partidos o enfraquecimento da oposição; de outro lado, alguns grupos de oposição não consideraram tão importante evitar a formação de novos partidos uma vez que acreditavam no argumento democrático da necessidade do pluralismo partidário como uma etapa para a conquista da democracia.

O processo de liberalização continuou e entrou em nova fase com as eleições de 1982. Naquelas eleições, o governo militar conseguiu ganhos importantes, o que lhe assegurou maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente do Brasil. Contudo, a oposição, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), também obteve resultados satisfatórios nestas eleições. O PMDB fortalecido tentou mudar as regras das eleições presidenciais com a proposta de uma emenda constitucional que restabelecesse o voto direto para a presidência. Essa foi a campanha das “Diretas já”.

Apesar da forte mobilização popular a campanha pelas Diretas Já, que se materializava na emenda Dante de Oliveira<sup>6</sup>, foi derrotada pelos militares, apontando três elementos: os limites da oposição no Brasil; o desejo dos militares de continuarem no poder; e o modo de se atingir as eleições diretas. Restavam duas alternativas: buscar dissidentes simpatizantes dentro do governo ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil. A maioria da oposição tentou a primeira alternativa. Kinzo (2001, p.7) afirma que *“sem dúvida era o produto da posição moderada dos líderes do partido, para quem uma solução negociada evitaria a imprevisibilidade e os riscos de uma mobilização popular e, conseqüentemente, a reação por parte dos militares da linha-dura contra quaisquer tentativas de mudança radical”*. Sua proposta passa a ser então a eleição de Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição do Colégio Eleitoral ao lado de dissidentes do antigo governo que não acataram a nomeação do candidato do governo.

Outra parte da oposição, como o Partido dos Trabalhadores (PT), era adepto de uma alternativa diferente: ruptura radical com a ordem através da mobilização da sociedade civil. Assim, esse partido era contrário à participação no processo indireto da eleição presidencial. Sob esse argumento de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo, o Partido dos Trabalhadores orientou seus parlamentares a não participarem no processo de escolha do sucessor do então Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, abdicando desta forma de votar no Colégio Eleitoral e assim garantindo sua identidade como um partido de esquerda no sistema político que emergia. *“O problema, entretanto, estava no fato de que, ao denunciar as limitações da transição negociada, esta estratégia contribuiu para que a nova ordem instaurada em 1985 desse seus primeiros passos com sua legitimidade já questionada”* (KINZO, 2001, p. 9).

---

<sup>6</sup>A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº05/1983, apresentada pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), tinha por objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente da República no Brasil. Isso seria feito com a alteração dos artigos 74 e 148 da Constituição Federal de 1967 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969).

## ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS

No decorrer do presente trabalho foi apontado que muitas alterações no sistema político foram colocadas em curso durante os anos de governo militar no Brasil: alterações no sistema eleitoral quando ele funcionou; alterações no sistema partidário, com a inserção em 1965 do bipartidarismo e depois a posterior revogação do mesmo com a Reforma Partidária de 1979. Estas alterações foram feitas partindo das necessidades vistas pelos militares em cada momento em que foram realizadas. Assim, a transição democrática negociada, foi mais uma vez, uma manobra do regime autoritário, visando a manutenção da ordem ao mesmo tempo em que anulava qualquer chance de ruptura radical proposta por alguns setores da oposição.

A democracia brasileira enfrenta desde então, desafios comuns a todas as experiências democráticas conhecidas. De tal maneira que seu aprimoramento é um processo lento e passa não somente pela questão do sistema político em si, entendido como o emaranhado de regras e procedimentos para a escolha dos representantes da população, mas igualmente das questões sociais e econômicas.

A cada escândalo proveniente do poder, fica mais evidente a necessidade de mudanças no sistema político, sobretudo por ser ele, como mostrado, uma herança dos tempos da ditadura. Os desafios são enormes e requerem muita boa vontade não só de quem por ora detêm o poder político em mãos, mas de toda a sociedade civil para pressionar à criação de leis que efetivamente coloque o povo como dirigente do Brasil.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo (2003). **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**, op. cit. cap. III.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os anos FHC. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, André (Org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, André (Org). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KINZO, Maria D. Alva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15. 2001.

MARTINS, Luciano. A revolução de 1930 e seu significado político. In: GUIMARÃES, M.L.S. et al (Orgs.). **A revolução de 30: textos e documentos**. Brasília, UnB, 1982, p. 671-689.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A reforma partidária de 1979-1980 e o quadro atual”. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 104-115.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral brasileiro. Apud: AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad -Adenauer- Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007, p. 293-301.

RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos?. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia. (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006,

SINGER, A. V. **Mídia e democracia no Brasil**. Revista USP, v. 48, p. 58